REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a3

"A reversão da verdade": sobre o sionismo de Netanyahu e o direito à matança

JOÃO CARLOS CATTELAN
jcc.cattelan@gmail.com

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista, Brasil (2003).
Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-7838-5284

YASMIN BOGARIN FARHAT
yasminbogarin.ffarhat@gmail.com

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-3900-4591

PALAVRAS-CHAVE:
Análise de discurso;
Palestina e Israel;
genocídio;
Benjamin Netanyahu.

ARTIGO RECEBIDO A:
17/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Para a realização deste trabalho, consideramos o discurso enquanto nosso objeto de estudo, tendo em vista o conceito formulado por Pêcheux (1997) e a mobilização da Análise de Discurso Materialista (AD) como nossa fundamentação teórico-metodológica. Para compor o corpus do trabalho, selecionamos sequências discursivas de pronunciamentos retirados de entrevistas, pronunciamentos e conferências do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em atenção à mobilização de significantes como "guerra", "terrorismo", "inimigo" e "conflito". O foco de observação incide sobre um sujeito que marca em seu discurso uma defesa à guerra em detrimento do que se recusa a reconhecer como massacre. Passamos, assim, a observar a maneira com que a negação do genocídio, reconhecido por várias nações do mundo e apontado em manifestações populares globalmente, perpassa a tentativa de regularização de uma memória que evoca a "guerra ao terror" com o intuito de justificar as invasões e violências que os palestinos sofrem em seu território.

CC BY

“The reverse of truth”: on Netanyahu’s Zionism and the right to slaughter

JOÃO CARLOS CATTELAN
jcc.cattelan@gmail.com

PhD in Linguistics from Universidade Estadual Paulista, Brazil (2003).
Associate Professor at Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-7838-5284

YASMIN BOGARIN FARHAT
yasminbogarin.ffarhat@gmail.com

Master’s student in Letters at Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-3900-4591

KEYWORDS:
Discourse analysis;
Palestine and Israel;
genocide;
Benjamin Netanyahu.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/17/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: For the accomplishment of this research, we consider discourse as our object of study, in view of the concept elaborated by Pêcheux (1997) and considering the French Materialist Discourse Analysis as our theoretical and methodological framework. In order to form our working corpus, we selected discursive frames from speeches given in interviews and conferences by the prime minister Benjamin Netanyahu, in regard to the usage of signifiers such as “war”, “terrorism”, “enemy” and “battle”. The focus of our observation falls on a subject that arranges his discourse on behalf of war and at the expense of what he denies to acknowledge as a massacre. Therefore, we note the way in which the refusal of the genocide, recognized by worldwide nations and popular manifestations around the world, pervades an attempt to regularize a memory that evokes the “war on terror” with the aim to justify the invasions and violences that the Palestinian people suffer on their land.

CC BY

Considerações iniciais

Mais de 60 mil palestinos foram assassinados desde outubro de 2023, havendo estimativas de que este número pode ser ainda maior do que consta da contagem oficial do Ministério da Saúde de Gaza (Ali, Chugtai, & Okur, 2025), já que este dado se baseia no número de pessoas levadas aos hospitais, não contabilizadas aquelas que se encontram soterradas nos escombros das destruições causadas por bombardeios ou que estão dadas como perdidas. Olhar para o número de mortos enquanto pessoas vítimas de um massacre[1] cometido pelo Estado de Israel - com a contagem somente relativa ao período de 2023 a 2025 - é nos depararmos com o real do morticínio, que, dada a incapacidade de se materializar em sua completude pela língua, é simbolizada por meio de fragmentos de pesquisas que visam atentar desde o número de vítimas levantado até questionamentos acerca das justificativas que envolvem uma narrativa bélica sobre as questões entre Palestina e Israel.

Para indagarmos a relação entre o simbólico e o ideológico, apoiamo-nos na Análise de Discurso Materialista como sustentação para a nossa investigação, de modo a trabalhar a possibilidade de uma perspectiva interpretativa crítica que entrelace aspectos conjunturais históricos que alicerçam os discursos a alimentar (ou não) questionamentos sobre o que seria tolerável. Nesta perspectiva, ao nos valermos do recurso *guerra* e observarmos uma constante negação de *genocídio*, voltamo-nos à indagação sobre a uma natureza que justificaria sentidos particularizados. Ao nos depararmos com discursos que rejeitam o genocídio em prol de uma defesa bélica, recurso que encontra resistência em ditames que repudiam o "conflito" e reiteram o "massacre", tecemos observações sobre a língua enquanto campo de disputa e tensionamento. Esmiuçamos, enfim, como determinações ideológicas delimitam discursivamente o que se entende de um povo, nação e/ou território em categorizações que os designam "geograficamente, moralmente e culturalmente" (Said, 2007, p. 62).

1. Ao nos referenciarmos ao *massacre* e *assassinato* de palestinos, é preciso considerar explicação das designações utilizadas em redes históricas. Conforme veremos mais adiante, a mobilização de ingredientes estabelece uma existência histórica que tece uma gama de possíveis substituições, metáforas e paráfrases que cosem quais sentidos são reverberados e quais são silenciados (Herbert, 2011; Pêcheux, 1997). Contrapomos, assim, a utilização de *guerra* enquanto uma via possível na escritura de nossa pesquisa, uma vez que a atribuição de significantes e suas possíveis relações em cadeias de sentidos mobiliza redes de memória (Pêcheux, 1999) e efeitos de sentidos (Pêcheux, 1997a) aos quais não contemplamos sobre as questões entre Palestina e Israel. Ou seja, ao nos reportarmos aos desdobramentos históricos entre os dois países, não concebemos o jargão bélico como possível campo semântico ao qual nos filiamos e que tece a leitura sobre a historicidade. Isto posto, reconhecemos nossa posição enquanto sujeitos analistas frente à necessidade de descrição (que também mencionamos mais adiante) do funcionamento discursivo de nossa materialidade.

CC BY

No dia 7 de outubro de 2023, o grupo palestino político armado Hamas atentou contra um festival musical que ocorria em Israel, causando cerca de 1.400 mortes e sequestrando 240 pessoas. Em meio a tentativas de acordos de cessar-fogo, soltura de reféns e reuniões de países para debater interferências (em suma, vetadas) possíveis para acabar com a *guerra*, chamadas de líderes de diferentes Estados foram transmitidas nas mídias digitais e televisivas. Ao nos depararmos com esses pronunciamentos, voltamos a atenção para como o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, arranja discursos em entrevistas, pronunciamentos, conferências de imprensa e encontros realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma forma de justificar as atitudes de "retaliação" e mortandade provocadas.

Considerando os discursos do primeiro-ministro, tornava-se possível refletir por meio destes o que Edward Said (2007) cunhou como *Orientalismo*, em um estudo que aponta uma construção imagética de uma existência oriental ditada pelo Ocidente. Dialogar com a possibilidade de recuperar os rastros da conceituação de Said a partir da discursividade do que se denominava como *guerra*, principalmente no que concerne aos discursos do chefe de governo de Israel, é iniciarmos uma reflexão sobre a posição-sujeito que Netanyahu ocupa, ao mobilizar, enquanto objetos de "seu" discurso, a guerra, os palestinos e o genocídio. Na recusa de admissão de um massacre planejado e executado por seu governo, buscamos observar como o desenrolar de seus discursos buscam (re)arranjar uma configuração bélica por um sujeito que enuncia um *conflito* e silencia a matança da população palestina.

1. O s(e)u/jeito

Trabalhar com a concepção de sujeito na Análise de Discurso Materialista, é perceber a nossa formação por meio da noção de interpelação (Althusser, 1985), em que somos reconhecidos e reconhecemos a outros enquanto sujeitos marcados pelo simbólico que atravessa as relações a partir de uma estrutura maior. Quando Netanyahu produz uma diferenciação/cisão entre "nós" e "eles", por exemplo (a seção posterior será de maior aprofundamento analítico), localizamos os lugares em que os sujeitos são identificados (ideologicamente, sempre) pelo discurso; *nós*, enquanto "democracia", detentores de poderes de escolha, inclusive, sobre o outro; e *eles*, que pedimos para evacuar, que se encontram no meio do caminho, enfim, aqueles sobre os quais fazemos escolhas. Não colocamos, no entanto, este reconhecimento a nível de uma consciência onipresente, por meio da qual estes processos discursivos, de identificação e desidentificação, desenvolvem-se transparentemente (com sentidos plenos e comuns em um coletivo), uma vez que um dos principais efeitos da ideologia é

> impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de "evidências") as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no "silêncio da consciência"): "é evidente! é exatamente isso! é verdade" (Althusser, 1985. p. 95).

Neste sentido, somos sujeitos porque somos atravessados pela ideologia que determina as possibilidades de materialização discursiva. A depender de onde produzimos discursos, a quem nos dirigimos e sobre o que discursivizamos, os processos de enunciação (Pêcheux, 1997a) configuram formulações de determinada forma, apagando/silenciando outros conjuntos que não contemplam os efeitos requeridos para que um enunciado seja possível sob determinadas filiações. Nestas circunstâncias, o silêncio é trabalhado como forma de significação que depende do verbal, pois, neste jogo de reiteração do que é dito, o silêncio se organiza como campo do que poderia ter sido formulado

CC BY

(mas não foi) pelo sujeito: as outras possibilidades de materialização apagadas (Possenti, 2021). Assim, no que o sujeito enuncia, há variações e/ou enunciados outros opostos que são estabelecidos simultaneamente no discurso. Desta forma, tornam-se mais precisas as considerações que trazemos no começo de nosso trabalho; falar de *guerra* é não falar de *genocídio*, e vice-versa. Não se trata, pois, de uma incapacidade física de "não conseguir dizer duas coisas ao mesmo tempo", mas como os efeitos de sentido são configurados para que se diga A e se recuse B.

Os efeitos de sentido (Pêcheux, 1997a), isto é, a significação que um significante adquire ao ser mobilizado em determinada formulação, é ligada ao que Pêcheux (1997b) chama de formações discursivas (as filiações que mencionamos anteriormente). Elas ditam o que pode e deve ser dito em circunstâncias dadas, abrindo espaço para a materialização de alguns processos de significação, ao passo que exclui e/ou nega sentidos outros inscritos em diferentes redes discursivas. O silenciamento atua, pois, nas divisas das formações discursivas, implementando o "poder dizer" e o "não poder dizer" em sua constituição. A necessidade de afirmar o "nós", que constitui uma representação coletiva pelo sujeito enunciador, exclui o "eles" como parte desta rede de pertencimento; falar sobre "eles" é não falar sobre "nós", e assim "podemos dizer, generalizando, que toda denominação (pronominalização, neste caso) apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras" (Orlandi, 2007, p. 74).

A denominação, que é relativamente estabelecida dentro de uma formação discursiva, pode vir a sofrer embates, quando há, por exemplo, a explícita negação de uma cadeia de sentido por outra. A recusa pode ressoar a própria tentativa de silenciamento que a formação discursiva implica, fazendo emergir efeitos de proibição duramente repreendidos pelo sujeito enunciador, determinado por uma formação ideológica. As formações discursivas, assim, materializam as formações ideológicas em que o sujeito está inscrito (Pêcheux; Fuchs, 1997a); seja pelas afirmações positivas, pelas negações

de outras formações ou pelo silenciamento do que é rejeitado, a posição-sujeito se manifesta na materialidade produzida.

Sujeitos, assim, circunscritos em redes de significações que organizam quais preceitos são passíveis de reprodução, somos constituídos pela ideologia que, por sua vez, tem por função e definição determinar nossa passagem de indivíduos a sujeitos, garantindo sua sobrevivência enquanto um conjunto de práticas que determina nossas ações em relação ao mundo "real" (Althusser, 1985). Compreendemos, por conseguinte, que o processo de seleção e exclusão que constitui o discurso não é transparente ao sujeito, bem como lhe é impossível se localizar como sujeito fora da ideologia. O recurso à primeira pessoa ecoa efeitos de singularidade e/ou comunidade que se derramam no não-dito de paráfrases não oriundas do "emissor", mas que reverberam o horizonte de uma formação discursiva que permite ecoar em "nova" roupagem efeitos de uma forma-sujeito do discurso (Pêcheux, 1997b) que ressoa a percepção "minha" como ponto de origem. Este "eu"/"meu", tido como esquecimento nº 1 (Fuchs; Pêcheux, 1997a; Pêcheux, 1997b), revela a ilusão de um sujeito que acredita ser a fonte dos sentidos, pois, "se falo, e sai de mim, *eu quero dizer algo*". Haveria aqui uma espécie de constatação da realidade conforme é "vista"; "estamos na ordem do que é 'dado da pessoa', do fato como fato acabado, da visão do sujeito 'por seus próprios olhos' (Pêcheux, 1995, p. 83).

Utilizamo-nos, assim, da tese de que o sujeito não é a origem do discurso, ainda que defenda que as "ideias" são "puramente suas" e afirme uma individualidade não existente. Outro ponto a ser ressaltado, chamado também de esquecimento, mas, desta vez, de nº2 (Pêcheux, 1997b), refere-se ao uso dos significantes (re)formulados pelo sujeito em seu discurso, ou seja, a ilusória percepção de que ele é detentor das rédeas que controlam os sentidos do que *quer* dizer. Perpassa-se, assim, por uma ilusão de que o que foi dito somente poderia ter sido materializado de tal maneira, para garantir certo efeito de sentido. Neste ponto, Pêcheux (1995) aponta para uma "coerência interna" (p. 83)

CC BY

que se faria presente no discurso do sujeito, por meio da qual o testemunho, a crença e a prova mostrariam a subjetividade via discurso (p. 84).

Para tratar do discurso, então, é preciso pensar os processos de significação sempre em disputa e a "verdade" como a produção de diferentes efeitos e posições em dependência das formações discursivas das quais o sujeito é suporte (Herbert, 2011b), isto é, a forma como o "emissor" sustenta determinados discursos que lhe são anteriores e o determinam. Quando nos voltamos ao estudo do discurso, logo, sobre os sentidos postos em jogo, partimos da necessidade de localizar o *curso* no qual um processo discursivo (Pêcheux, 1997) se desdobra, possibilitando a identificação e a composição de campos semânticos que estabilizam relativamente os efeitos que determinados significantes, em relação de sinonímia, reverberam quando mobilizados por um sujeito A. Utilizamo-nos, assim, de um dos conceitos de Pêcheux (1997, p. 214), em que, para o filósofo francês, o discurso é

> uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior a frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso.

É por meio da dinâmica de uma relativa estabilização - demarcada pela posição que o sujeito ocupa bem como pelas condições nas e pelas quais a enunciação ocorre - que chegamos à construção da memória, que arranja as materialidades discursivas de modo a mobilizar *certos* implícitos para que um *certo* entendimento do que é o objeto discursivo seja atingido (Pêcheux, 1999). Constituída por uma gama complexa de uma rede não homogênea de discursos prévios, a memória garante que a repetição se faça presente, ao passo que é por meio desta que uma regularização dos sentidos é moldada; o "nós", o "eles", o que é ocidental e o que é oriental em constante marcação de equivocidade se

apoia em pressupostos que garantem um sustento para que a desigualdade ecoe toda vez que a paráfrase pretendida insista em se fazer presente. Não sendo impenetrável - o que fornece amparo para a disputa, o questionamento e o deslocamento que o trabalho visa fazer -, utilizamos, também, da memória para refletirmos sobre como o sujeito Netanyahu arranja o "seu" discurso analisado neste estudo.

2. Notas sobre o movimento analítico

Como analistas, ao nos utilizarmos de designações como *matança* e *genocídio*, reiteramos nossa posição enquanto pesquisadores também atravessados ideologicamente. O processo de produção de conhecimento científico encontra-se intimamente ligado a "uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam" (Pêcheux, 1997, p. 197); ao nos aproximarmos e/ou afastarmos certos significantes da composição de nosso trabalho, levamos em consideração o próprio caráter material de nossa escritura. O discurso científico, deste modo, perpassa, necessariamente, pelo funcionamento de uma forma-sujeito do discurso (Pêcheux, 1997) em uma posição que não cai em neutralidade, uma vez que, enquanto sujeitos que se articulam pela/na história e língua, quaisquer manifestações discursivas somente são possíveis determinadas as conjunturas que *possibilitam* a materialização. Ou seja, o lugar do analista, enquanto crítico que gesticula leituras conforme a materialidade selecionada, não se encontra em uma posição imparcial, a-histórica ou apartada de suas condições de análise (Orlandi, 2005), mas, pelo contrário, se nos debruçamos sobre o corpus em uma investigação que promove interpretações críticas a partir de discursos é *porque* somos afetados pelo complexo socio-histórico que também nos compõe.

Cabe ressaltar, no entanto, que nossos gestos analíticos são delimitados pela própria materialidade que recortamos para tecer nossos escritos. Ao nos amparamos na AD como nossa base teórico-

metodológica, levamos em consideração as relações entre língua, história e sujeito (Ferreira, 2010), o que nos impede de transportar leituras para o nosso material de análise ou validar qualquer gesto interpretativo que se sobreponha à tríade mencionada. Trabalhamos em um "entremeio da descrição com a interpretação" (Orlandi, 2005, p. 61), por meio da qual

> qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade (Orlandi, 2007, p. 14).

A análise, assim, é possível a partir da escuta atenta do analista sobre seu material de pesquisa. Não inferimos aplicabilidade de conceitos prontos em cima de nosso *corpus* (Orlandi, 2010), mas nos movimentamo em pêndulo (Petri, 2021), com idas e vindas entre objeto de análise e teoria, sem que haja um ponto de partida fixo, mas que mantenha sua constância entre os princípios teóricos e o exercício de análise. Para que esta cinética possa se realizar, seguem-se três princípios metodológicos para a concretização do estudo.

A primeira etapa se refere à coleta do *corpus*, que seleciona as superfícies discursivas, "sequências linguísticas de comprimento geralmente superior à frase" (Pêcheux, 2011, p. 220), que compõem uma teia de diversos recortes. A quantidade de sequências estabelecidas tem como pressuposto a observação de discursos que se repetem, se parafraseiam e dialogam entre si, evitando a restrição da análise fechada. Ampliam-se, desta forma, as possibilidades de existência e sustentação de dado discurso, oportunizando a produção de relações semânticas, referidas às suas condições de produção (Pêcheux, 2011).

A seguir, valendo-nos dos postulados de Pêcheux (2011, p. 220), concentramo-nos em desfalcar o efeito da linguística e, para que esta prerrogativa possa ser realizada, escavamos indícios da superfície linguística que coletamos na primeira etapa, para conhecer a língua, suas marcas e seus entraves. Com os sentidos abertos e sem submeter o processo discursivo a um jogo pré-determinado, o analista se volta para seu *corpus*, estabelecendo entrecruzamentos em seu objeto, aprofundando as relações entre a condições verbais de existência material (seus efeitos) e o estudo da conjuntura que configura os dizeres possíveis.

Como etapa final, buscamos observar os efeitos reverberados e o funcionamento destes a partir do que tomamos enquanto ideologia e suas formas de manifestação no discurso. Em ecoar linguístico, as materialidades que analisamos se configuram como manifestações de uma organização de valores, crenças, representações, projeções que são processados pelos discursos, regulados conforme a(s) ideologia(s) precedente(s) cerceia(m) suas redes semânticas. Cabe nesta fase observar o funcionamento ideológico do discurso.

A partir do que tomamos enquanto nosso caminho analítico e estabelecida a engrenagem teórica que nos orienta, os recursos advindos da AD Materialista provém, em primeira instância, da observação e exaustão (Courtine, 2009) de nosso corpus discursivo. No exercício feito pelo analista, não cabe achar pistas para que determinado conceito consiga ser encaixado, mas explorar o que o objeto de pesquisa emerge em seu caráter material. O princípio da exaustão determina não acobertar elementos discursivos presentes nas sequências, concernindo ao pesquisador incomodar-se com a composição que se propõe a investigar (Courtine, 2009), guiando-se pelo que sua materialidade lhe oferece enquanto caminho de escuta para que, por conseguinte, a fundamentação teórica-metodológica sirva como suporte de interpretação.

CC BY

3. As condições de produção, breves considerações

Ao nos debruçarmos sobre o discurso escolhido e mirarmos a AD Materialista como arcabouço teórico, não podemos deixar de lado o papel substancial da historicidade em nosso escopo de pesquisa. Para tanto, rememoramos o que Pêcheux (1997b) aborda como condições de produção, que não remetem a um quadro circunstancial e/ou contextual, isto é, ao vislumbre momentâneo da formulação de um discurso, mas como os arranjos discursivos são elaborados em função de um eco histórico, reverberados pelos sujeitos nas paredes de suas formações discursivas. A maneira como Netanyahu discursiviza a *guerra* não prende o ingrediente a uma possível definição dicionarizada atemporal. Nos mostra, no entanto, uma disputa pelos sentidos dado o atravessamento dos sujeitos enquanto agentes na história (Althusser, 1985). A utilização da *guerra* carrega uma memória que é anterior ao sujeito, amparada historicamente. A matriz de sentido de um discurso, assim, recai sobre um movimento parafrástico, que encontra respaldo histórico (e o mesmo processo - mas não mesma significação - ocorre para aqueles que encadeiam efeitos de sentidos outros sobre, neste caso, *guerra*).

Dada a brevidade de nosso trabalho e a extensão do histórico entre Palestina e Israel, iremos ressaltar nesta seção alguns pontos de ancoragem histórica que nos servirão de compreensão panorâmica do que iremos retratar enquanto memória, efeitos de sentido e demais conceitos a serem destrinchados nesta pesquisa.

A criação do Estado de Israel começa a ser projetada com maior afinco a partir da publicação da obra "O Estado Judeu", de Theodor Herzl (2015), em 1896. O livro ancora a base do pensamento sionista moderno e propõe como solução para frear a perseguição às comunidades judaicas na Europa uma delimitação de território que serviria como lar nacional judeu. Neste ponto, ambos Palestina e Argentina são citados enquanto países onde foram feitas "notáveis tentativas de colonização" (p.

24), mal-sucedidas dada a falta de uma base soberana dos colonos nos países citados. A proposta que se segue faz menção a acordos, distribuição de terras, abertura de mercado e edificação daqueles países que vierem a apoiar a criação de um Estado judeu (Herlz, 2015, p. 25-44).

As primeiras colônias estabelecidas na Palestina datam de 1882 (Masalha, 1992) e, conforme os colonos judeus se estabeleciam com financiamento britânico (Barreto; Marciel, 2025), o processo de aquisição de terras se iniciava, por meio da qual se instaura o trabalho e a procura por mão de obra judaica e se inicia a expulsão de árabes-palestinos, que já habitavam partes dos territórios negociados (Leão, 2023). Em meio a esta compra e posse de terras palestinas ao longo dos anos, a Declaração de Balfour (1917) é emitida em documento que oficializa a parceria e apoio britânico a criação de um país judaico.

O crescimento da territorialidade nas mãos dos colonos judeus resulta em tensões dentre os grupos habitantes da Palestina (Kanafani, 2024), que sofrem o impacto da transformação econômica e social de um país em transição de um estado semifeudal para um regime capitalista. Camponeses, trabalhadores urbanos e intelectuais da pequena burguesia, diretamente afetados pelas condições socioeconômicas da colonização, se juntam em lutas e revoltas populares armadas que, em frequência de levante ao longo da década de 1930, acirram a hostilidade da população palestina perante os colonos sionistas e a Grã-Bretanha (Kanafani, 2024).

Em 1947, a UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina) decide sobre a repartição do território em 56% para judeus e 44% aos árabes (com Jerusalém definida em território sem pertencimento a uma só nação). No ano seguinte, em 1948, com a fundação de Israel, o episó-

dio Al-Nakba (do árabe "a catástrofe") dá sequência à expulsão massificada de palestinos, com residências destruídas e tentativas de resistência desmanteladas.

Os avanços das colônias judaicas continuaram por anos sob território estendido aos palestinos, ramificando o controle e influência israelense nas demais localidades. Podemos observar as condições mais imediatas de nossa materialidade ao final de 2023; o exército israelense invade a Mesquita de Al-Aqsa e agride palestinos que frequentavam o templo sagrado em Jerusalém (Caramuru, Manfrinato, 2023). No dia 7 de outubro, o grupo político armado Hamas lança uma ofensiva chamada "Operação Dilúvio de Al-Aqsa", com ataques por ar e terra, que sequestra 251 reféns e mata 1,2 mil pessoas. Poucas horas após a ofensiva, Israel anuncia guerra ao Hamas e orquestra uma série de ataques à Palestina, principalmente à Faixa de Gaza, onde afirma combater os terroristas responsáveis pelos sequestros e mortes de civis.

O curto percurso realizado até o momento tem como fim a compreensão panorâmica de como os tensionamentos entre Israel e Palestina não partem do ataque do grupo político armado Hamas ao sul de Israel, em 7 de outubro de 2023, mas se configuram como desdobramento de um processo histórico. Quando nos voltamos para a análise de nosso *corpus*, consideramos que os efeitos de sentidos são dependentes de condições que propiciem os discursos de um sujeito. É sobre este prisma que pautamos a localização/posição histórica em que discursos e sujeitos atuam na/pela língua. Assim como a territorialidade sofre modificações (e invasões) a depender dos agentes que atuam sobre si historicamente, a língua é mobilizada, com seus aparatos, em um horizonte que a impede de se separar de sua historicidade.

4. "É mentira!": as manchas da negação

Na seleção do corpus para a análise, trabalhamos com sequências discursivas (SD) – sequências linguísticas de tamanho variável, geralmente superiores a frase, segmentados e agrupados a depender dos objetivos postos pelo analista em seu trabalho (Courtine, 2006) - de discursos do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, proferidos em entrevistas, pronunciamentos e conferências em diferentes canais entre 2024 e 2025. Ao trabalhar com uma grade de recortes, o analista cerceia "o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de possibilidades de substituição, comutação e paráfrase" (Pêcheux, 2011, p. 165), voltando-se a uma leitura que possa correlacionar as materialidades em referência tanto umas às outras quanto às próprias condições que lhe permitem um aspecto material.

Seguimos Courtine (2006) no que se refere ao *corpus discursivo* compreendido como um "conjunto de sequências discursivas, estruturadas, de acordo com o plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso" (p. 66). Conforme indicamos no início de nosso artigo, as delimitações dos excertos partem de mobilizações em torno dos ingredientes "guerra", "conflito", "inimigo" e "terrorista", de modo a nos propiciar leituras possíveis de acordo com seus arranjos no/pelo discurso selecionado.

Pontuamos que, ao trabalharmos com sequências, estabilizamos temporariamente partes de um discurso de extensão maior e que o intuito de investigação incide sob a tentativa de negação do ministro ante a acusação de genocídio. Observamos, assim, como estes fragmentos são arranjados de modo a reiterar que a acusação de matança seria mentira.

CC BY

> SD1: **Apesar** das **ameaças do Hamas**, quase setecentos mil gazanos, quase três quartos de um milhão, já atenderam ao nosso chamado e **mudaram-se** para as **zonas de segurança**. Agora, quero lhes fazer uma **pergunta simples, uma simples e lógica pergunta**; um país que estivesse cometendo genocídio imploraria para a população civil - **que supostamente está tendo como alvo** - para sair da **zona de perigo**? **Nós falaríamos para eles "saiam" se quiséssemos cometer genocídio**? **Nós** estamos tentando fazer com **eles** que saiam e o Hamas está tentando fazê-los ficar. **Essa acusação é tão sem fundamento... a comparação com um genocídio, um massacre total**. O que? Os **nazistas** pediam para que os judeus fossem embora, gentilmente se retirassem, saíssem? (...) Eles falavam "saiam, para que nós possamos entrar"? Claro que não. Então, **a verdade** foi virada de cabeça para baixo. (Fox News, 2025, destaques nossos).

> SD2: **Se** nós estamos cometendo genocídio, com certeza estamos fazendo um péssimo trabalho, porque **nós poderíamos**... você sabe, basicamente... **eliminar a população inteira de Gaza**, **mas seguimos em outra direção**. Nós fizemos algo que nenhum outro exército na história fez; nós estamos **abastecendo a população do inimigo com comida humanitária** - porque **fazemos a distinção entre combatentes e não-combatentes** - inserimos dois milhões de toneladas de comida. Quero dizer, **se quiséssemos cometer genocídio, não daríamos dois milhões de toneladas de comida para a população** (Fox News, 2025, destaques nossos).

Nas duas primeiras sequências discursivas, em que se detecta um esforço de construção de efeitos de evidência (Atlhusser, 1985), Netanyahu solicita apelativamente um pensamento supostamente lógico, partindo da tentativa de elaboração de uma sequência linear que só poderia levar a uma conclusão: estamos *ajudando*, logo, não cometemos genocídio. Ainda, é posta em jogo uma diferenciação entre o que remete a "nós" e o que se entende por "outro/eles", produzindo uma disparidade que coloca israelenses em pé de desigualdade com os palestinos, já que estes devem sair para que

CC BY

aqueles possam entrar. Observamos, pois, como formações imaginárias[2] (Pêcheux, 1997, p. 83) permitem construir um processo discursivo que mostra como Netanyahu provoca a cisão entre os semelhantes e os divergentes: os palestinos/povo do inimigo/não combatentes; enfim, "eles", são constantemente retomados para traçar uma memória do que se entende como "nós". Consoante os apontamentos de Said (2007), o conhecimento que se julga ter de um povo/nação é usado como autoridade para que se fale sobre e por eles, negando a autonomia, tanto quando ordena seu deslocamento, quanto quando se nega a violência cometida contra "ele", que está sendo aniquilado. Os ingredientes discursivos sobre este terceiro o deslegitimam enquanto sujeito enunciador, uma vez que ele poderia apontar a "ajuda" como estratégia de submissão e/ou de aprofundamento da calamidade na Palestina. Neste sentido, a projeção imagética mobilizada no discurso de Netanyahu na tentativa de apontar uma ordem de evidência ("não cometemos genocídio pois...") mantém uma rede memória que não nega a superioridade bélica israelense e a inferioridade palestina, mas as "aceita como naturais quando descreve as consequências do acontecimento" (Said, 2007, p. 63).

Mesmo que haja "reconhecimento" de uma população civil não armada, ela ainda ocupa um espaço em que não é bem-vinda, que pertence ao dito inimigo e que, portanto, precisa ser expulsa, afinal, lidos sob as lentes do orientalismo, o povo palestino é entendido enquanto nação a ser dominada, "o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental" (Said, 2007, p. 68). Esta enunciação seletiva, que projeta o "outro" como a população de um rival combatente, apaga o porquê da evasão exigida, do abandono dos lares, da dificuldade de locomoção e/ou do fuzilamento em massa daqueles que já se encontram em movimento, alertando ainda para uma suposta *assistência* que se concretizaria em distribuição de uma ajuda humanitária que não acontece (Le Monde with AP, 2025).

2. As formações imaginárias (Pêcheux, 1997a) se referem às representações que A [destinador] e B [destinatário] fazem de si mesmos, de um para com o outro e do objeto discursivo que mobilizam em seus discursos. Assim, observamos a forma em que *nós* e *eles* são distribuídos em posições que delimitam o que é identificável e, logo, próximo/semelhante e apartam o que diverge dessa similitude. O imagético que se projeta, assim, regula estes corpos/objetos em classificações dicotômicas; o que precisa ocupar a terra e o que precisa sair, ser expulso.

Netanyahu utiliza o subjuntivo, em condicional "se", para demarcar uma ocorrência que não estaria posta em prática e negar o genocídio, em virtude de ações não concretizadas pelo simples "não-querer". A chance de eliminação dos palestinos existiria, mas não seria realizada frente um Estado que "ajuda" o "povo do inimigo" ao disponibilizar toneladas de alimento oriundos de ajuda humanitária, silenciando que a) os pontos de distribuição são poucos, desproporcionalmente distribuídos em meio a uma grande massa de população que não consegue racionar a comida para todos, gerando tumulto, feridos e mortos, e b) a própria necessidade de possuir e distribuir a ajuda humanitária a um povo não permite concluir que ele "estaria sofrendo genocídio". A alegação de ajuda atua no sentido do silenciamento de violações cometidas por Israel e o discurso ecoado por Netanyahu se constitui sobre uma política do silêncio (Orlandi, 2007), fracionando o que é tolerável/desejável ser dito por meio da materializado verbal - ajudamos, fazemos o que nenhum outro exército fez, distribuímos comida, pedimos para que saiam - e descartando o que entra em conflito com a formação discursiva em questão: comete-se genocídio, há fome em Gaza, expulsa-se os palestinos de sua terra. Ainda que haja a tentativa de apagamento do discurso contrário, o "não" persistente ressoa discursos que não cabem nos processos de significação que Netanyahu representa sobre a guerra, mas persistem em aparecer mesmo em negativa, expondo um embate entre formações discursivas opostas, que se clivam em um jogo de afirmação e negação constante.

O estabelecimento do que se tem chamado de limpeza étnica (Pappe, 2016) ocorre por vias coercitivas, com a predição de expulsão à força de um grupo étnico de seu território, utilizando-se de medidas violentas ou não, a fim de erradicar essa população do espaço físico, da memória e da história de uma região. A ameaça que Netanyahu acusa o Hamas de fazer - a suposta tentativa de "fazê-los ficar" - é assumida, mesmo sem querer, quando a voz de ordem "saiam" aparece no discurso do primeiro-ministro. Não há outro caminho senão a evasão dos palestinos da Palestina, retirando-se o peso de seus assassinatos das mãos do Estado israelense; o imperativo é evocado como aviso em que

as alternativas se restringem a sair ou morrer, dado que os que ficam, supostamente, estariam de acordo com o Hamas.

A suposta distribuição de comida advinda da ajuda humanitária não previne nem impede os bombardeios do exército israelense. A imagem que Netanyahu busca construir de si e do seu exército - "nós" - projeta uma humanidade que visa à assistência, por meio de um efeito de obviedade forjada que implica saber e conhecer a situação de um povo e, logo, conseguir tomar as melhores decisões para o bem-estar palestino que, ao final, não ocorre (Said, 2007), pois a encenação se desfaz ao representar os civis como pertencentes ao campo do outro combatível, que devem atender os comandos de expulsão, opção que os judeus não teriam tido no holocausto da Segunda Guerra Mundial; é na recusa persistente e na repetição constante de um efeito de "mentira" que conseguimos apontar o silenciamento daqueles que "ficam" - e que se precisam ficar é porque sua permanência é escolhida; logo, podem ser mortos.

> SD3: **Se nós** quiséssemos cometer genocídio, **nós** o teríamos feito em uma tarde, **nós** temos a capacidade. Mas **nós não fazemos isso**. Você sabe, olha para a forma com que as Forças Aliadas lutaram em Fallujah, você sabe, olha para como eles lutaram em Mosul. Eles levaram nove meses contra três mil terroristas, nove meses para três mil terroristas! Nós lidamos com dez vezes mais **terroristas**. E o que **nós** fazemos? **Nós convocamos os civis palestinos e dizemos "saiam da área"**. Milhares, não, milhões de mensagens de textos, milhões de ligações de telefone individuais; **"por favor, saia"**. **E o Hamas fica ali e tenta os impedir atirando neles, matando-os** (Triggernometry, 2025, destaques nossos).

> SD4: Mas o principal ponto que quero enfatizar é a importância de **vencer a batalha pela verdade**. E essa é uma batalha que lutamos mesmo enquanto falamos agora. Israel é apresentado como se estivéssemos aplicando uma campanha de fome em Gaza. **Que mentira ousada! Não há política de fome em Gaza e não há fome em Gaza. Nós permitimos ajuda humanitária durante toda a duração da guerra para entrar em Gaza, caso contrário não haveria gazanos**. E o que impediu o fornecimento de ajuda humanitária é uma força; Hamas. Novamente, a **reversão da verdade**. Hamas rouba esta ajuda humanitária e depois acusa Israel de não fornecê-la. Bem, permitimos a quantidade exigida pelo direito internacional, há centenas e centenas de caminhões carregados com toneladas. Nós fornecemos 1,9 milhão de toneladas de alimentos desde o início da guerra (DMR News, 2025, negritos nossos).

Com a discrusivização de suposta assitência - como a *cessão* de ajuda humanitária a um povo que é baleado quando tenta ir às zonas de "segurança" -, materializa-se um efeito de memória de lutas anteriores contra o terrorismo. Ao referir-se às Forças Aliadas enquanto exemplos de um combate que Israel traçaria de forma semelhante, o silêncio da ocupação também se estende ao posicionar Fallujah e Mosul - cidades iraquianas - enquanto campos de batalha para a captura de terroristas, da mesma maneira que Netanyahu entende que a Palestina seja. A repetição de "guerra ao terror" aparece como um dispositivo legitimador que produz um efeito (Pêcheux, 1999, p. 53) estabilizador da paráfrase "estamos lutando contra o terrorismo", que é reverberado pelo sujeito toda vez que se depara com um contradiscurso que nega a existência de uma guerra e emerge com o que aponta para genocídio. Há uma tentativa incessante de retomar esse *discurso do outro* como mentiroso por meio

de uma negação e de um efeito de evidência que visa a perpetuação de uma memória fomentada na dominação, reestruturação e autoridade sobre o que se tacha enquanto Oriente (Said, 2007); afinal, se há ajuda, é porque *nós permitimos*.

Recusa-se, assim, a matança de civis por meio da regularização de sentidos que toma para si, antes de tudo, a eliminação do terror. O sujeito, ao rememorar e se posicionar enquanto defensor da violência cometida pelo Estado de Israel, faz-se suporte de um discurso que não começa nele, mas que o antecede e ressurge, mais explicitamente, quando mobiliza casos anteriores que fazem ressoar o porquê da suposta necessidade da "luta". A invasão, a mortandade e os motivos das ameaças aos palestinos compõem, novamente, um não-dito que grita sob os rastros de execução de um massacre contra uma população.

A coerência discursiva de Netanyahu é definida, portanto, pelo que a formação discursiva na qual se inscreve permite enunciar por meio de um leque de arranjos em detrimento de outros, o que, no caso do ministro, ao ser confrontado com a acusação de genocídio, constrói uma dicotomia que estabelece, para além das únicas vias aos palestinos de sair ou morrer, a alternância entre a sua suposta verdade e a mentira suposta dos outros. Assim, com o que aponta ser falso, a recusa de genocídio constitui a formação discursiva que não permite ao sujeito contemplar significantes que não gerem o efeito da guerra, do conflito, da luta, fazendo-o renegar políticas de fome, por exemplo. Martela-se a negação da violência premeditada e a única justificativa para um povo em inanição (Valdez, 2025) é a culpabilização do que precisa ser extinto; o inimigo terrorista.

CC BY

> SD5: Agora, assim como **mentiras maliciosas** foram atribuídas por séculos ao povo judeu, mentiras maliciosas agora são atribuídas ao Estado judeu. (...) A absurda **difamação** que pinta Israel como racista e genocida é feita para **deslegitimar** Israel, para **demonizar** o Estado judeu e **para demonizar os judeus em todo lugar**. (...) Na Segunda Guerra Mundial, quando a Grã Bretanha lutou na primeira linha da civilização, Winston Churchill apelou para os americanos com estas famosas palavras: "nos deem as ferramentas e nós terminaremos o trabalho". **Hoje, enquanto Israel luta na primeira linha da civilização, eu apelo, também, para os Estados Unidos; nos deem as ferramentas mais rápido e nós terminaremos o trabalho mais rápido** (Fox 5 DC, 2024, destaques nossos).

> SD6: Para esses neonazistas, "Palestina livre" é a versão atual de "Heil Hitler". **Eles** não querem um Estado palestino, eles querem destruir o Estado judeu. **Eles** querem aniquilar o povo judeu que esteve na terra de Israel por trinta e cinco mil anos. **Eu** nunca poderei entender como esta **simples verdade** escapa aos líderes da França, Grã Bretanha, Canadá e outros. Agora **eles estão propondo estabelecer um Estado Palestino e recompensar esses assassinos com o prêmio maior**. (The Jewish Nation, 2025, destaques nossos).

Nestas últimas sequências discursivas, o papel da memória se faz a nível frequentativo. A mentira, aqui, é associada diretamente a uma suposta intenção de destruição de Israel; no discurso de Netanyahu, tudo o que diverge do apoio à guerra sustentaria um antissemitismo que estaria reverberando em "Palestina livre". Para que determinado efeito sobre o lema e o ódio contra judeus se materialize, observamos o funcionamento do interdiscurso - aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (Pêcheux, 1997, p. 162), que intercruza e possibilita a passagem de um dito pertencente a outra formação discursiva a ser utilizado no discurso de Netanyahu enquanto paráfrase para antissemitismo. Dada a incapacidade da formação discursiva em que Netanyahu se filia de conceber o genocídio, ele busca a supressão de um movimento que luta pela libertação de um Estado

oprimido, designando-o como antissemita; a produção de sentido do enunciado se pauta na metáfora, na "importação" que desloca a "Palestina Livre" de outra formação discursiva e lhe atribui sinônimo neonazista, rearranjando-a enquanto uma referência discursiva (Pêcheux, 2011) que, dado momento histórico de defesa das ações do Estado de Israel, configura uma cadeia semântica que repudia o movimento pela libertação Palestina e a equipara ao almejo de destruição dos judeus. Ingredientes como *neonazista* e *versão atual* rearranjam a memória de perseguição à comunidade judaica enquanto a atualizam, agregando o movimento pela libertação Palestina como ramificação possível de manifestação de ódio aos judeus.

As acusações de violência por parte do exército israelense em direção aos civis palestinos, no discurso do sujeito que suporta uma necessidade de defesa, são rechaçadas ao mesmo tempo que vibram juntamente a materialidade verbal quando a memória sobre a guerra é ecoada. A substituição precedente nesta sequência confere um caráter de evidência para o sujeito enunciador em relação ao seu discurso (Pêcheux, 1997); a escala que nega o "ser racista e genocida" é compreendida enquanto *difamação*, *deslegitimação* e *demonização*; este último significante aproxima um discurso religioso que confere acusações enquanto malícia, em oposição à luta pela civilidade que Israel estaria tentando travar. A perseguição se estende em teias de sinônimos que apontam para quaisquer questionamentos sobre as ações de Israel como tentativas de enfraquecimento de um lar nacional judeu, como ocorria em tempos que a nação não existia. O discurso sustentado pelo sujeito em amparo a posição que projeta sobre si recai no peso da projeção que o imperialismo israelense faz sobre a Palestina e os palestinos; ao mesmo tempo em que o discurso se desenvolve e constitui sentido pelos processos discursivos que trabalha os objetos (o povo do inimigo, eles, que lutam contra a civilidade), o próprio sujeito é formado por estes mesmos pontos de ancoragem que sustentam seu discurso (Pêcheux, 1997) (nós, eu, que lutamos pela civilidade, que somos perseguidos etc.). Este discurso que ecoa "efeitos de significação percebidas" (Pêcheux, 1997, p. 162) sobre o enunciador em simultâneo ao

que é enunciado, que posiciona a formação de um Estado palestino como uma "recompensa a esses assassinos", resume o que é a Palestina e seus nativos para Netanyahu (Said, 2007).

O que reiteramos ao analisar os discursos em que Netanyahu nega o reconhecimento do genocídio é a sua posição enquanto sujeito que repercute a luta contra o terrorismo como fundamento de todas as suas ações e do grupo político que ele representa contra a Palestina; a formação imaginária construída é de um sujeito que, *evidentemente*, busca justiça. A memória revivida nos discursos de Netanyahu seriam fundamentos para que os avanços sobre o território palestino repitam as motivações sobre a "guerra ao terror", pertencente a uma formação discursiva que antagoniza com a acusação de genocídio. Não há espaço, na filiação de que este sujeito é suporte, para mencionar os corpos violados de uma população que sofre com as ações imperialistas de Israel, porque estas violências não são compreendidas enquanto violências que partem do exército israelense, mas de simples revide ao Hamas.

O que justificaria a legitimidade do sangue derramado em prol da ocupação é tecido como memória de "resistência", ressoando a suposta construção de uma existência histórica que guia o fazer e o porquê da guerra. Pautado em um discurso de extrema direita e sionista, que utiliza o passado de dor do holocausto, o primeiro-ministro de Israel se vale do que é entendido como terrorismo para apontar o que é horrífico no outro, ao passo que o *nós* é posto como justiceiro e defensor em face do revide a violações cometidas por *eles*.

Considerações finais

Propusemo-nos a compor uma análise crítica, por meio da Análise de Discurso Materialista francesa, aos discursos sobre a *guerra* em Gaza. Delimitamos nosso recorte sobre como o genocídio é discursivizado, neste caso, em negação por parte do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Observar, selecionar e analisar os discursos que circulam sobre as questões da guerra de Israel contra a Palestina, principalmente advindas de um sujeito que ocupa o lugar de liderança do governo do país que comete violências contra o povo palestino, é questionar a rede de memória acessada com fins de justificativa para o que é nomeado por meio do eufemismo "conflito".

Lançando um olhar sobre estes discursos, que não pertencem a um indivíduo, mas a uma posição-sujeito que sustenta concepções que o atravessam, compreendemos um funcionamento ideológico que arranja as evidências impositivas (Althusser, 1985) do que se considera, como afirma Netanyahu, lógico, simples e verdadeiro. A formação discursiva/forma-sujeito nas/pelas quais o "eu" se faz presente delimita quais efeitos metafóricos[3] são possíveis - guerra, defesa, ataque, luta contra o terror, conflito - e descarta o que ultrapassa os limites de suas justificativas - o assassinato, a chacina, a destruição - em um jogo de enunciação.

Resume-se o que se lê enquanto Oriente/oriental a uma necessidade de "um estudo corretivo pelo Ocidente" (Said, 2007, p. 74), haja vista que, neste caso, tecido discursivamente, as justificativas de dominação e expansão imperialista posicionam a Palestina e os palestinos em observatórios "na sala, no tribunal, na prisão, ou no manual, para escrutínio, estudo, julgamento, disciplina ou governo" (Said, 2007, p. 74). Identificado e rivalizando com o que precisa ser aniquilado para que se haja "justiça", apaga-se o horror, com efeitos de luta pela civilidade e extinção do terrorismo, que é sempre apontado como pertencente ao outro. Deixa-se, portanto, de explicitar o que tem um caráter ambicioso e expansionista e que concerne às razões para expulsão dos palestinos da Palestina.

Como dito anteriormente, o real do horror e da matança não é alcançado pela língua, mas pode ter uma tentativa de simbolização por meio dela. Designar como "guerra" mais de 60 mil mortos - até onde se tem contagem - é se render ao silêncio impositivo de um discurso que sustenta relações de força simétricas, sem atentar para os gritos dos que tiveram seus lares bombardeados e familiares

3. Os efeitos metafóricos (Pêcheux, 1997b) ocorrem a nível do deslize, pelos quais conseguimos apontar os campos semânticos que se constroem em relações de sinonímia. Ao se estabelecer quais significações podem ser reproduzidas dentro de determinada formação discursiva, notamos quais significantes não são contemplados neste processo, uma vez que não ecoam os efeitos necessários dentro do discurso que se reverbera, neste caso, bélico. Falar de guerra, no discurso "de" Netanyahu, assim, é recusar/apagar o genocídio.

CC BY

desmembrados. Ao esboçar indagações sobre discursos que negam a mortandade, buscamos a construção de uma materialidade discursiva que visa tecer, também, uma memória que faça jus ao que chamamos de *genocídio*.

Referências

Ali, M., Chugtai, A., & Okur, M. (2025, October 7). Two years of Israel's genocide in Gaza: By numbers. *Al Jazeera*. https://www.aljazeera.com/news/2025/10/7/two-years-of-israels-genocide-in-gaza-by-the-numbers

Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos do Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)* (2nd ed.; W. J. Evangelista & M. L. V. de Castro, Trads.). Editora Graal.

Caramuru, B., & Manfrinato, H. (2023). "Inundação Al-Aqsa" à luz dos 76 anos de ocupação colonial. *Le Monde Diplomatique Brasil*. https://diplomatique.org.br/inundacao-de-al-aqsa-a-luz-dos-76-anos-de-ocupacao-colonial/

Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político*. Editora UFSCar.

DMR News. (2025, July 27). *Full speech: Israeli PM Netanyahu speaks at "Christian Conference" in Jerusalem* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=bWolyaRVcpg

Ferreira, M. C. (2010). Análise de discurso e suas interfaces: O lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*. https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636

Fox 5 Washington DC. (2024, July 24). *Full speech: Israeli Prime Minister Benjamin Netanyahu makes address to Congress* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=rKkcstwPd9k

Fox News. (2025, September 24). *Netanyahu announces Israel will take control of Gaza* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=4Yy3DsN-Z8A

Herbert, T. (2011). Situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In E. Orlandi (Org.), *Análise de discurso* (2nd ed., pp. 21–54; M. V. da Silva & L. A. P. Parissi, Trads.). Pontes Editores.

Herzl, T. (2015). *O Estado Judeu* (D. Mensh, Trad.). Consulado Geral de Israel em São Paulo; Poeteiro Editor Digital.

Kanafani, G. (2024). *A revolução Palestina de 1936 a 1939* (L. B. Souto, Trad.). Expressão Popular.

Leão, L. (2023). Palestina e Israel: O território e a colonização sionista. *AGEMT PUC-SP*. https://agemt.pucsp.br/noticias/palestina-e-israel-o-territorio-e-colonizacao-sionista

Le Monde with AP. (2025, August 6). Dozens of Palestinians killed while seeking aid in Gaza Strip. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/08/06/dozen-of-palestinians-killed-while-seeking-aid-in-gaza-strip_6744134_4.html

Masalha, N. (1992). *Expulsion of the Palestinians*. Institute for Palestine Studies.

Orlandi, E. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos* (6th ed.). Editora da Unicamp.

Pappe, I. (2016). *A limpeza étnica da Palestina* (1st ed.). Editora Sundermann.

Pêcheux, M. (2011). A aplicação dos conceitos da linguística para melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In E. Orlandi (Org.), *Análise de discurso* (2nd ed., pp. 203–225; C. Rodrigues-Alcalá, Trad.). Pontes Editores.

Pêcheux, M. (1997a). A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso* (3rd ed., pp. 163–235; B. S. Mariani, Trad.). Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In *Papel da memória* (pp. 49–57; J. H. Nunes, Trad.). Pontes Editores.

Pêcheux, M. (1997b). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (3rd ed.; E. P. Orlandi, Trad.). Editora da Unicamp.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (1st ed.; R. Eichenberg, Trad.). Companhia das Letras.

The Jewish Nation. (2025, May 22). *Netanyahu's response to Jewish couple's murder: Exposes "Free Palestine" ideology and global denial* [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/L6d_EaICyQU?is=shKW9ck3sTV1SExw

Triggernometry. (2025, September 24). *Asking Benjamin Netanyahu the tough questions* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=1I56MjHDl5k

Valdez, J. (2025, May 29). Israel e EUA exploram a fome de palestinos e usam ajuda humanitária para expulsá-los de Gaza. *Intercept Brasil*. https://www.intercept.com.br/2025/05/29/israel-eua-fome-gaza-ajuda-humanitaria/